

CONSTATATIVOS E PERFORMATIVOS: AUSTIN E BENVENISTE SOBRE OS ATOS DE FALA

Júlio César Kunz¹
Elisa Marchioro Stumpf²

Considerações iniciais

Este trabalho pretende fazer uma leitura crítica da obra *Quando dizer é fazer*, de John Langshaw Austin, e do artigo *A filosofia analítica e a linguagem*, de Émile Benveniste, a fim de compreender as considerações que tais autores fazem a respeito da distinção entre ato de fala constativo e performativo. Austin propõe, inicialmente, uma distinção entre proferimentos constativos e performativos, a partir de alguns critérios, tais como adequação à realidade, condição de felicidade etc. Entretanto, posteriormente, Austin desfaz tal distinção e postula que todos os enunciados são performativos, devendo-se então estudar as circunstâncias de tais atos. A crítica de Benveniste mostra que a distinção proposta por Austin é pertinente e sugere outros critérios para se definir um proferimento como performativo. A partir disso, propomos alguns critérios para a sua classificação, a saber: análise do proferimento, análise das condições de felicidade e o critério de autoridade.

1 Performativos vs. constativos

Na I conferência de *Quando dizer é fazer* (1990), Austin propõe-se a estudar alguns casos de emprego da linguagem que “não têm, ou têm apenas em parte, o propósito de registrar ou transmitir informação direta acerca dos fatos” (1990, p.22), ao contrário dos proferimentos constativos. Para delimitar tais proferimentos, que em tudo se assemelham a proferimentos constativos, mas que “A. nada 'descrevam' nem 'relatem', nem constatem, e nem sejam 'verdadeiros' ou 'falsos'; B. cujo proferimento da sentença é, no todo ou em parte, a realização de uma ação, que não seria normalmente descrita consistindo em dizer algo” (1990, p.24).

Austin lança mão, dentre outros, do seguinte exemplo:

(b) 'Batizo este navio com o nome de Rainha Elizabeth' – quando proferido ao quebrar-se a garrafa contra o casco do navio. [...]
Esses exemplos deixam claro que proferir uma dessas sentenças (nas circunstâncias apropriadas, evidentemente) não é descrever o ato que estaria praticando ao dizer o que disse, nem declarar que o estou praticando: é fazê-lo. (1990, p.24)

Como aos performativos, em princípio, não se pode atribuir valor-verdade, Austin propõe para eles condições de felicidade, ou melhor, “circunstâncias adequadas” (1990, p. 30):

1 Mestre em Administração (Université de Paris Ouest Nanterre-La Défense) e pós-graduando em Ética e Filosofia Política (UCS). E-mail: juliocesar@kunz.com.br
2 Mestre em Letras (UFRGS/CAPES). E-mail: elisa.stumpf@gmail.com

(A.1) Deve existir um procedimento convencionalmente aceito, que apresente um determinado efeito convencional e que inclua o proferimento de certas palavras, por certas pessoas, e em certas circunstâncias; e além disso, que

(A.2) as pessoas e circunstâncias particulares, em cada caso, devem ser adequadas ao procedimento específico invocado.

(B.1) O procedimento tem de ser executado, por todos os participantes, de modo correto e

(B.2) completo.

(Γ .1) Nos casos em que, como ocorre com frequência, o procedimento visa às pessoas com seus pensamentos e sentimentos, ou visa à instauração de uma conduta correspondente por parte de alguns dos participantes então aquele que participa do procedimento, e o invoca deve de fato ter tais pensamentos ou sentimentos, e os participantes devem ter a intenção de se conduzirem de maneira adequada, e, além disso,

(Γ .2) devem realmente conduzir-se dessa maneira subsequentemente. (1990, p. 31)

Para Austin, um performativo infeliz não deixa de ser um performativo (bem como um constatativo falso não deixa de ser um constatativo). Esse ponto deveria ser esclarecedor a respeito das diferenças entre proferimentos constatativos e performativos: estes teriam consequências que dependem de sua felicidade ou infelicidade; aqueles não teriam consequências no mundo, sendo eles apenas verdadeiros ou falsos.

Vamos tentar trazer um caso hipotético para analisar esta questão: à pergunta “onde está o gato?”, alguém responde “o gato está sobre o tapete da sala”. Esta frase está sujeita unicamente a uma avaliação de valor-verdade pelo interlocutor e disso não derivaria qualquer consequência. Mas uma objeção pode ser feita se na sequência do diálogo ocorrerem as seguintes respostas: (i) “Tu me disseste que o gato está sobre o tapete porque queria que eu ficasse na sala a sós com o teu irmão” ou (ii) “Como tu sabes se não estiveste na sala?”. Nesse exemplo, Austin diria que tal proferimento está sujeito a infelicidades, mesmo sendo constatativo (conforme o critério Γ.1).

De (i) podemos concluir que o falante tinha a intenção de enganar o outro e de (ii) que o falante não podia falar sobre o gato. Considerando esses dois casos e um terceiro no qual o gato realmente estava sobre o tapete da sala (sendo que nos dois primeiros o constatativo é falso e no último o constatativo é verdadeiro) há algo em comum: o proferimento “o gato está sobre o tapete da sala” não alterou a situação do gato, do tapete ou da sala no mundo.

Já nos casos de felicidade ou de infelicidade dos performativos, como tratamos acima, o ato de fala realiza algo por si mesmo, ainda que falhe no seu propósito inicial (quando o padre diz diante de um gato, numa cerimônia que seria adequada a um batismo, “eu o batizo João”. Se houver sucesso, o gato passa a se chamar João, se não houver, ou padre perde a sua autoridade de padre ou o seu proferimento não é um performativo, pois não há rito de batismo de gatos na igreja católica).

2 Uma crítica à nova análise de Austin

Na VIII Conferência, Austin abandona a oposição entre constatativo e performativo, pois os testes que propõe para fazer delinear as diferenças entre ambos

falham. Os testes propostos referem-se às proposições performativas em si mesmas e o caminho a ser seguido parece ser o de estudar as suas circunstâncias. Um **ato de dizer algo** (ato locucionário) tem esta série de sentidos:

- (A.a) “phone” (ato fonético): ato de proferir certos ruídos;
- (A.b) “pheme” (ato fático): ato de proferir certas palavras e vocábulos;
- (A.c) “rhome” (ato rético): “sentido” e “referência”. (1990, p.33-34)

No entanto, ao ato locucionário se opõe um outro sentido (B): a **realização de um ato ao dizer algo**, o ato ilocucionário. Há ainda um terceiro sentido (C), no qual o ato de dizer algo **produz efeitos e consequências** nos ouvintes ou em quem está falando, ao qual se chama perlocucionário (1990, p.89-90).

Exemplo 1:

Ato (A) ou Locução

Ele me disse 'Atire nela!' querendo dizer com 'atire' atirar e referindo-se a ela por 'nela'.

Ato (B) ou Ilocução

Ele me instigou (ou aconselhou, ordenou, etc.) a atirar nela.

Ato (C.a) ou Perlocução

Ele me persuadiu a atirar nela

Ato (C.b)

Ele me obrigou a (forçou-me a, etc.) atirar nela. (1990, p.90)

Após a explicitação esquemática dessa nova abordagem, o autor faz alguns comentários:

1. O interesse das conferências é contrastar o ato ilocucionário com os outros dois, justamente o que teve omissão da filosofia.
2. “Devemos notar que o ato ilocucionário é um ato convencional: um ato realizado em conformidade com uma convenção.” (p.92)
3. Nos três atos podem-se encontrar infelicidades.
4. Os efeitos e consequências podem ser intencionais ou não.
5. Pode-se não realizar plenamente a ação.
6. a) Os atos ilocucionário e locucionário podem estar ligados a convenções.
b) Há uma distinção entre ato de fala e as suas consequências.

A partir dessa nova abordagem, o exemplo que citamos do proferimento, “o gato está sobre o tapete da sala”, é sem dúvida um ato locucionário completo e, em algumas situações, caberia questionar sobre as suas metas ilocucionárias: (i) “Tu me disseste que o gato está sobre o tapete porque queria que eu ficasse na sala a sós com o teu irmão”. As metas ilocucionárias parecem depender, para Austin, de se saber quais são as intenções do falante e quais as circunstâncias do proferimento. Mas não seriam as circunstâncias do proferimento suficientes para este entendimento?

Seguindo nesta nova linha de abordagem, passa a haver uma preocupação em diferenciar um ato ilocutório de um perlocutório, por ser menos evidente do que a diferenciação do ilocutório com o locutório. Mais um teste é proposto por Austin:

'Ao dizer X estava fazendo Y' ou 'Fiz Y'
'Por fazer X fiz Y' ou 'Estava fazendo Y'.

Foi por nos dispormos destas fórmulas que nos parecem particularmente adequadas que escolhemos os nomes ilocucionário e perlocucionário. A primeira fórmula “ao” (em inglês in) e serve para designar verbos que indicam atos ilocucionários. A segunda é a fórmula “por” ou “porque” (em inglês by) e serve para identificar verbos que designam atos perlocucionários. Assim, por exemplo:
'Ao dizer que atiraria nele eu o estava ameaçando.'
'Por dizer-lhe que atiraria nele eu o alarmei.'
Cabe perguntar se tais fórmulas lingüísticas nos fornecerão um teste para distinguir atos ilocucionários de atos perlocucionários. A resposta é não. (1990, p.104)

Ora, mais um teste que não funciona. Mas é nesse momento que começamos a compreender um equívoco que perpassa as conferências de Austin. Se voltarmos à sua proposta inicial retomando o exemplo citado no início e o tomarmos como exemplo evidente de performativo, notamos que o teste “ao dizer X estava fazendo Y” pode ter um resultado positivo em todos os casos, mas, curiosamente, a resposta ao teste seria “ao dizer X estava fazendo X”. Podemos reformulá-lo da seguinte maneira: (b) Ao dizer “batizo este navio com o nome de 'Rainha Elizabeth””, estava batizando aquele navio com o nome de “Rainha Elizabeth”.

As nossas reformulações podem ser tanto na terceira pessoa do singular quanto na primeira, mas são sempre declarações, constatativas. Poderíamos imaginar uma objeção através do seguinte exemplo: “O gato está sobre o tapete”. Reformulando: Ao dizer “o gato está sobre o tapete”, estava declarando que o gato estava sobre o tapete.

Tal exemplo se encaixaria perfeitamente na fórmula “ao dizer X, estava fazendo X”, mas há uma diferença fundamental: um performativo institui algo no mundo. Afirmar que o gato está sobre o tapete não altera a posição do gato em relação ao tapete no mundo, cabe ao falante apenas justificar de maneira adequada numa comunidade discursiva a verdade do seu proferimento e confirmar, se assim for demandado, a sua relação com o mundo – há uma referência externa ao proferimento. Já no caso do exemplo (b), o proferimento refere-se a uma realidade instituída por ele mesmo: (b) o navio passa a se chamar “Rainha Elizabeth”.

3 A crítica de Benveniste a Austin

Em *A filosofia analítica e a linguagem* (1963), Benveniste coloca em xeque a dissolução da distinção entre constatativos e performativos efetuada por Austin, visto que, em artigo anterior (*Da subjetividade na linguagem*, 1958), o próprio Benveniste procura efetuar uma distinção entre enunciados como “eu juro”, que constituem um ato, e outros como “ele jura”, que constituem uma informação. Para tentar definir um enunciado performativo, o autor parte de critérios formais, que muito ajudam a identificar um performativo (2005, p.300). Um deles seria a utilização da fórmula verbo declarativo-jussivo na primeira pessoa do presente + *dictum*, como em “ordeno que a população seja mobilizada”. Outro critério poderia ser a fórmula verbo com complemento direto + termo predicativo, como no enunciado “nós o declaramos culpado”.

Entretanto, Benveniste chama a atenção para os enunciados performativos implícitos, mas que devem ser reconhecidos como performativos autênticos. É o caso de “a cátedra de botânica é declarada vaga”. Enunciado em um contexto de autoridade, tal ato é plenamente válido, visto que “o enunciado na terceira pessoa pode, sempre, ser

reconvertido em uma primeira pessoa e retomar sua forma típica” (Benveniste, 2005, p.301). Além dos atos de autoridade, há outra situação em que os enunciados devem ser considerados performativos: são os casos de compromissos relativos à pessoa do locutor, como “eu prometo”, “eu juro”. A questão que Benveniste destaca é que “um enunciado performativo não tem realidade a não ser quando autenticado como *ato*” (2005, p.301, grifos do autor), e somente tem existência como ato de autoridade. Para tanto, tais atos devem cumprir uma condição fundamental: ser proferidos por quem tem o direito de enunciá-los.

Disso decorre outra condição: sendo um ato, o performativo tem a propriedade de ser único, pois “refere-se a uma realidade que ele próprio constitui, pelo fato de ser efetivamente enunciado em condições que o tornam ato” (Benveniste, 2005, p.302). Assim é que o performativo é, ao mesmo tempo, uma manifestação linguística e um fato de realidade, ou seja, “o ato identifica-se, pois, com o enunciado do ato” (Benveniste, 2005, p.302).

O grande mérito da crítica de Benveniste é dar destaque aos critérios formais, na medida em que a clareza nesse aspecto pode iluminar problemas de conteúdo, dispensando os critérios propostos por Austin (que o levaram mesmo a abandonar sua distinção) e propor um critério que, embora não seja propriamente formal, está implicado na enunciação: as circunstâncias em que os atos devem ser proferidos para serem considerados como performativos, excluindo a questão problemática da intenção do falante. Além disso, sua proposta de tomar os performativos como *sui-referenciais* explicitam a relação ato/enunciado e afastam as fórmulas improdutivas propostas por Austin.

4 Proposta de critérios para um performativo

A partir das considerações de Benveniste (cf. 3), propomos que a análise seja feita em três eixos:

(1) *Análise do proferimento*: retomando a nossa argumentação na seção 2 deste artigo, acreditamos que os preferimentos só são performativos quando coincidirem em ato, discurso e significado consigo mesmos: devem obedecer a fórmula: **Ao dizer X, fiz X**. Além disso deve ser proferida na primeira pessoa.

(2) *Análise das condições de felicidade*: Os critérios A e B propostos por Austin parecem ser suficientes para explicitar as relações entre os jogos de linguagem e formas de vida, devendo ficar de lado os critérios Γ. Os critérios de felicidade e, portanto, de definição de um performativo seriam:

(A.1) Deve existir um procedimento convencionalmente aceito, que apresente um determinado efeito convencional e que inclua o proferimento de certas palavras, por certas pessoas, e em certas circunstâncias; e além disso, que

(A.2) as pessoas e circunstâncias particulares, em cada caso, devem ser adequadas ao procedimento específico invocado.

(B.1) O procedimento tem de ser executado, por todos os participantes, de modo correto e

(B.2) completo. (1990, p.31)

(3) *Critério de autoridade*: um ponto que Austin não prevê é a autoridade de quem fala. Acreditamos que isso faça parte das condições de felicidade de um performativo. Um performativo “só tem existência como ato de autoridade. Ora, os atos de autoridade são,

em primeiro lugar e sempre, enunciações proferidas por aqueles a quem pertence o direito de enunciá-los” (Benveniste, 2005, p.302).

Comentários finais

O valor-verdade de um enunciado não está na sua referência com o mundo, mas na justificação aceita por uma comunidade linguística³. A não-coincidência do proferimento consigo mesmo não obedece a nenhum critério de infelicidade, mas de verdade: um falante que pronuncia “não estou falando” está proferindo um constatativo falso e não um performativo infeliz, do mesmo modo como alguém que diga “estou falando” está declarando o seu ato de maneira tautológica. Mesmo que haja coincidência entre ato, discurso e significado, falar não consiste em declarar que se fala. Falar é emitir certos sons convencionados por uma língua com determinado sentido. Portanto, a coincidência do discurso com o ato de fala em proferimentos constatativos é contingente, enquanto num performativo tal relação é necessária. Ono (2007), explicando Benveniste, escreve que no ato de fala performativo “il y a un acte double, dit sui-référentiel. Double, cet acte performatif est autre chose que le fait de dire, de prononcer la phrase, ou production d'une phrase: c'est un acte réalisé dans et par l'acte d'énonciation”⁴.

Nota-se assim que a confusão e a generalização do conceito de performativo para qualquer ato de fala acaba por fazer da filosofia da linguagem ou uma mera tentativa psicologista de abordagem ou o estudo de usos estratégicos da linguagem (ambas, fontes de equívocos e pseudo-problemas), afastando assim da proposta central da analítica da linguagem ordinária: as relações da linguagem com o mundo.

Referências

- AUSTIN, J. *Quando dizer é fazer*. Trad. Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre, Artes médicas, 1990.
- BENVENISTE, E. A filosofia analítica e a linguagem. *In: Problemas de lingüística geral I*. Trad. Maria da Glória Novak e Luiza Neri. 5.ed. Campinas: Pontes, 2005.
- HABERMAS, J. Racionalidade do entendimento mútuo. *In: Verdade e justificação: ensaios filosóficos*. Trad. Milton Camargo Mota. Edições Loyola, 2004, p. 99-132.
- ONO, A. *La notion d'énonciation chez Émile Benveniste*. Limoges, Lambert-Lucas, 2007.

3 Tomamos de empréstimo o conceito de racionalidade epistêmica em Habermas para esta definição: HABERMAS, J. Racionalidade do entendimento mútuo. *In: Verdade e justificação: ensaios filosóficos*. Edições Loyola, 2004, p.99-132.

4 Em tradução livre: “Há um ato duplo, dito sui-referencial. Duplo, pois esse ato performativo não é o fato de dizer, de pronunciar a frase, ou produção de uma frase: é um ato realizado no e pelo ato de enunciação.”